

2022

**Países asiáticos,  
China e Brasil:  
Ideias para  
estruturar o  
relacionamento**

Asian countries,  
China and Brazil:  
Thoughts on how to  
organize our relations

**NÚCLEO  
ÁSIA**

ASIA PROGRAM

**||| POLICY  
PAPERS**

**CEBRI**   
POLICY  
PAPERS

Apoio | Partnership

 **交通銀行** **B**  
BANK OF COMMUNICATIONS **BM**

“

**A emergência da Ásia, em particular da China, é o fator de maior impacto na realidade mundial contemporânea. A Ásia não é uma região uniforme, nem caminha para qualquer grau de uniformização. Integra-se economicamente, mas enfrenta desafios políticos e de segurança. Nosso conhecimento e diálogo com os países asiáticos estão visivelmente aquém da importância comercial que esses países adquiriram para nós. Reconhecidas as dificuldades, será indispensável redobrar os esforços para criar vínculos mais fortes com a região.**

”

The emergence of Asia, China in particular, has enormous impact on the contemporary world. Asia is not a uniform region, nor is it moving toward any degree of uniformity. It is integrating economically but faces political and security challenges. Our knowledge of and dialog with Asian countries falls noticeably short of the importance our trade with them has gained. Brazil must first learn what the difficulties are and then redouble efforts to build stronger links with Asia.

---

## NÚCLEO ÁSIA CEBRI

---

O NÚCLEO TRATA DA RELAÇÃO DO BRASIL COM A CHINA E O PAPEL DA ÁSIA NA ORDEM GLOBAL, COM FOCO EM TEMAS COMO MULTILATERALISMO, COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE, GEOPOLÍTICA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

---

## CEBRI ASIA PROGRAM

---

THE PROGRAM FOCUSES ON BRAZIL'S RELATIONSHIP WITH CHINA AND THE ROLE OF ASIA IN THE GLOBAL ORDER, EXAMINING TOPICS SUCH AS MULTILATERALISM, TRADE, THE ENVIRONMENT, GEOPOLITICS, TECHNOLOGY AND INNOVATION.

### Especialistas | Experts

#### MARCOS CARAMURU

Conselheiro do CEBRI e ex-embaixador do Brasil na China

#### TATIANA ROSITO

Senior Fellow e consultora do New Development Bank (NDB)

#### LARISSA WALCHHOZ

Senior Fellow, Sócia da Vallya e Ex-Assessora Especial do MAPA

#### PHILIP YANG

Senior Fellow e fundador do URBEM

#### JOSÉ MARIO ANTUNES

Senior Fellow e Diretor de Operações na InvestSP em Xangai

2022

NÚCLEO  
ÁSIA  
ASIA PROGRAM

||| POLICY  
PAPERS

**AS OPINIÕES E MANIFESTAÇÕES EXPRESSAS NESTE POLICY PAPER REPRESENTAM EXCLUSIVAMENTE AS OPINIÕES DOS SEUS AUTORES E NÃO, NECESSARIAMENTE, A POSIÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (CEBRI), DOS SEUS INTEGRANTES OU DOS SEUS APOIADORES.**

THE OPINIONS AND STATEMENTS EXPRESSED IN THIS POLICY PAPER ARE THOSE OF THE CONTRIBUTING AUTHORS ALONE AND DO NOT NECESSARILY REFLECT THE VIEWS AND POSITIONS OF THE BRAZILIAN CENTER FOR INTERNATIONAL RELATIONS (CEBRI), ITS MEMBERS OR ITS SUPPORTERS.

---

# SUMÁRIO | TABLE OF CONTENTS

|   |    |
|---|----|
| <b>QUADRO GERAL</b> .....                 | 3  |
| <b>O BRASIL E OS ASIÁTICOS</b> .....      | 8  |
| <b>O RELACIONAMENTO COM A CHINA</b> ..... | 14 |
| <b>ANEXO</b> .....                        | 19 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....   | 26 |
| <br>                                      |    |
| <b>OVERVIEW</b> .....                     | 28 |
| <b>BRAZIL AND ASIA</b> .....              | 33 |
| <b>RELATIONS WITH CHINA</b> .....         | 38 |
| <b>ATTACHMENT</b> .....                   | 42 |
| <b>REFERENCES</b> .....                   | 48 |

---

# **Países asiáticos, China e Brasil: Ideias para estruturar o relacionamento**



---

## QUADRO GERAL

A emergência da Ásia, em particular da China, é o fator de maior impacto na realidade mundial contemporânea. De um lado, pelo seu efeito reorientador das relações econômico-comerciais. De outro, porque os asiáticos quebram padrões consagrados no Ocidente no que se refere ao ordenamento político interno e ao tratamento de temas diversos nas realidades nacionais.

A Ásia não é uma região uniforme, nem caminha para qualquer grau de uniformização. Seus países seguem diferentes regimes políticos, práticas diferenciadas de gestão econômica, apresentam níveis díspares de desenvolvimento, representam uma gama variada de culturas, mesmo em realidades nacionais, e abraçam valores que diferem daqueles que guiam as sociedades ocidentais na condução dos temas públicos e nas relações internacionais.

Além disso, o país que é hoje a expressão maior da nova presença asiática no mundo, a China, segue um modelo próprio de desenvolvimento até agora exitoso, mas não totalmente consolidado. Há diversas interrogações quanto ao futuro da abertura econômica chinesa, ao papel que Pequim atribui ao setor privado ou sobre como se dará a transição de uma estratégia de crescimento baseada no investimento e na exportação para outra em que o consumo terá um papel mais relevante. Mas, ao mesmo tempo, tende a prevalecer a convicção de que a China atingirá os seus objetivos de construir um país moderno, com níveis elevados de bem-estar, tecnologicamente avançado e influente.

---

Na realidade asiática há um divórcio entre alianças econômicas e políticas. Os asiáticos têm, entre si, questões territoriais relevantes ainda abertas, o que gera um ambiente regional de desconfianças mútuas, que se contrapõe a uma intensa conexão econômica entre eles, tendo a China como polo.

Acrescem-se a esses pontos dois relevantes fatores políticos recentes. O primeiro, a inequívoca demonstração, desde o início do governo de Joe Biden, de que a campanha norte-americana para conter o avanço tecnológico da China e frustrar sua pretensão de ter um papel hegemônico na Ásia do Leste não esmorecerá, pois reflete um dos poucos pontos de consenso entre democratas e republicanos, talvez o único. No propósito de conter os avanços militares chineses, os EUA contam com algum apoio da maioria dos asiáticos. O segundo fator é que, na esteira da guerra da Ucrânia, parece inevitável que a Rússia fortaleça suas conexões com a Ásia e reduza a interação com o continente europeu. Se os asiáticos ficarão mais ou menos fortalecidos com isso, ainda é questão a averiguar. Que a Rússia se acoplará com maior intensidade à economia chinesa é fato incontestável. No plano político, a China e a Rússia formarão um polo de questionamento ou desafio da liderança americano-europeia na cena internacional e na definição do destino dos foros multilaterais.

A complexidade da realidade asiática não permite avaliar com precisão o que significa, em todos os aspectos, a emergência do continente. Se o pragmatismo chinês for o parâmetro, deve haver ênfase em temas econômicos, na promoção do comércio e investimentos e menos atenção a temas de ordem social, como direitos humanos e proteção das minorias ou a temas comportamentais. O problema é que a visão asiática nem sempre é a chinesa e, no

mundo pós pandemia e pós-guerra da Ucrânia, os fatores políticos ganharão uma nova relevância nas decisões estratégicas dos países e das empresas, em contraste com o panorama das últimas décadas quando o primado do econômico prevaleceu. Na própria China, questões políticas e ideológicas ganharam novo impulso na última década. Finalmente, é razoável esperar que os asiáticos estejam interessados no debate dos temas de impacto global, até porque, no caso das mudanças climáticas, por exemplo, partes da Ásia poderão ser duramente atingidas.

A ascensão asiática não tornará simples lograr avanços na fixação de padrões e na regulação internacional de temas novos a requererem regras universalmente aceitas, como a operação da Internet e da mídia social ou o impacto da digitalização sobre a privacidade, por exemplo. Com ou sem padrões internacionalmente acordados, os asiáticos, em geral, e a China, em particular, devem adquirir importância crescente nas aplicações da digitalização, no desenvolvimento da inteligência artificial e de tecnologias com impacto sobre a vida das empresas e das sociedades. Será essencial acompanhar os movimentos que serão feitos por eles e com eles buscar interações saudáveis.

A expectativa reinante hoje é de que, em paralelo à ascensão da Ásia e, em parte, em função dela, o multilateralismo tal como concebido desde o fim da segunda guerra perderá espaço. Uma Ásia mais influente requereria uma revisão do equilíbrio de poder e da moldura de reflexão das organizações multilaterais, o que é muito difícil.

No entanto, fato de maior relevância para o desgaste do multilateralismo relaciona-se apenas indiretamente com a Ásia. É não

mais existir, na realidade norte-americana, suficiente apoio às organizações. No *establishment* político norte-americano formou-se a visão de que o multilateralismo beneficiou outros países que não os EUA, em particular a China. O próprio governo democrata atual, mais positivo quanto ao multilateralismo do que o governo republicano que o antecedeu, tem optado por reuniões multilaterais seletivas, fora do contexto das organizações, em que os participantes são escolhidos ou excluídos, em função da visão americana de seu engajamento com os temas tratados. A Cúpula das Américas e a Cúpula pela Democracia são exemplos disso. Os europeus, por sua vez, encontram-se num momento de reflexão interna, voltados para o fortalecimento de sua proteção militar, com baixo apetite para apoio decisivo e prioritário a instâncias mais amplas de debate. Finalmente, parece claro que o multilateralismo só funciona bem quando há uma liderança estabelecida e vigorosa e um sentido de direção ditado por ela, como ocorreu nas décadas do pós-guerra quando a liderança norte-americana foi atuante e incontestada. Por mais que a China venha expressando repetidamente seu apoio às instituições multilaterais, não tem condições de liderá-las sozinha.

Com o multilateralismo perdendo a capacidade de reunir as nações em torno de grandes temas, as vertentes regional e bilateral das relações internacionais deverão ganhar peso. Os países na Ásia do Leste, na verdade, já estão engajados em esforços no contexto regional. Exemplo disso são o foro ASEAN+3 (China, Japão e Coreia), a negociação de um acordo comercial entre Japão, China e Coreia e a conclusão, no final de 2021, do Acordo de Parceria Econômica Abrangente (RCEP), que inclui os membros da ASEAN, China, Japão e Coreia, além da Austrália e da Nova Zelândia.

Seja como for, dentro e fora da Ásia, os países serão levados a pôr foco em seus interesses e prioridades em contextos mais restritos e reunir criatividade suficiente para gerar ações que adensem vínculos bilaterais ou regionais, gerem interesse das sociedades e ofereçam resultados positivos. O multilateralismo é naturalmente mobilizador. As relações bilaterais e regionais precisam ser construídas.

Esse quadro representa um novo desafio para a diplomacia brasileira. Formular e executar uma política para a Ásia será dificuldade ainda maior porque, exceto talvez nos casos da China e do Japão – países com os quais temos molduras estruturadas de cooperação, mas com uma implementação bastante irregular dos mecanismos nelas previstos – não há uma história de diálogo consistente com a região.

O Brasil precisa imprimir mais regularidade ao trabalho com a Comissão Bilateral de Alto Nível (COSBAN) com a China, fomentar um diálogo mais frequente e mais visível com o Japão, a Coreia e a Índia, conduzir uma releitura do Foro de Cooperação América Latina-leste da Ásia (FOCALAL), que nunca despertou aqui grande interesse, e buscar mecanismos específicos de interação com o Sudeste Asiático, inclusive no contexto do Diálogo Ministerial MERCOSUL-ASEAN. A América Latina e o Sudeste Asiático, aliás, são duas regiões que, pelas suas características – pela diversidade dos níveis de desenvolvimento de seus membros, pela natureza dos desafios que enfrentam –, dispõem de elementos para produzir uma agenda de interesse. A boa notícia é que o Mercosul acaba de concluir um acordo de livre comércio com Cingapura e tem na sua pauta de trabalho as discussões de um acordo com a Coreia.

---

## O BRASIL E OS ASIÁTICOS

O relacionamento do Brasil com os asiáticos adquiriu, nos últimos anos, um dinamismo inesperado no *front* comercial. Em 2021, as exportações para a China superaram as exportações para a Europa, EUA e Mercosul somados. Se excluirmos a China e o Japão, as exportações para a Ásia, no total de US\$ 49 bi, foram superiores às vendas para os EUA (US\$ 21 bi) e para a Europa (US\$ 36 bi). Mesmo que o acordo de livre comércio com a União Europeia entre em vigor rapidamente, dificilmente haverá desvio de comércio na direção dos europeus.

O comércio com a China tem papel de destaque. Pelo seu volume, por garantir a saúde do balanço de pagamentos brasileiro e pelo fato de que para algumas empresas de peso no Brasil as vendas para a China são essenciais na composição das receitas. Mas, para além do comércio, há um volume expressivo de investimentos chineses na economia brasileira, em torno de US\$ 70 bilhões, e um potencial a ser explorado ou aprofundado em segmentos variados como energias renováveis, tecnologia, pesquisa científica e meio ambiente, por exemplo. Há, ainda, um futuro em aberto para a interação entre a economia brasileira e a chinesa no segmento financeiro. Hoje o relacionamento financeiro é limitado, dadas a falta de experiência de capitais chineses em países emergentes e as próprias características do modelo econômico chinês, que ainda registra alta dose de fechamento da conta de capital.

---

Nosso diálogo com os países asiáticos está visivelmente aquém da importância comercial que esses países adquiriram para nós. De uma maneira geral, falta tradição na construção de uma agenda que, de fato, desperte interesse para os dois lados. No caso do Japão, há janelas de diálogo que funcionam há duas décadas – o Conselho Empresarial ou o Conselho de notáveis, por exemplo -, ambos relacionados à presença tradicional de empresas japonesas na economia brasileira. Mas o Japão perdeu a relevância que teve para a economia brasileira há quatro ou cinco décadas atrás. Com a China, há também um Conselho Empresarial que funciona em moldes diferentes do Conselho Brasil-Japão. A seção brasileira é bastante ativa, mas a interação com a seção chinesa é relativamente baixa. Com os demais países, é difícil definir ações que mobilizem órgãos governamentais e entidades privadas e tenham interesse para empresários e para a sociedade.

Pelo fato de exportarmos basicamente *commodities* para a Ásia, não se criaram entre exportadores e importadores vínculos diretos expressivos, sobretudo no contexto do comércio de bens agrícolas. O comércio é, via de regra, operado por multinacionais que compram aqui e vendem lá, sem que as pontas se encontrem. Fora da agricultura, em segmentos como minério de ferro, proteínas, petróleo ou mesmo celulose, há empresas que desenvolveram contatos estreitos com seus compradores chineses, mas isso é uma conquista individual de cada uma delas, pouco visível no agregado.

A construção de uma agenda com maior densidade é também dificultada por outros fatores. No campo econômico, diversos países asiáticos mantêm forte presença ou influência estatal

na economia, enquanto no Brasil a economia é basicamente operada pelo segmento privado, embora as empresas estatais ainda estejam presentes em alguns setores. Em áreas onde as estatais brasileiras têm peso, como por exemplo no setor petrolífero e no financiamento do desenvolvimento, há melhor perspectiva de interação ou já se registra com alguns países diálogo de boa qualidade.

Ao lado disso, os asiáticos são muito voltados para os seus mecanismos internos de cooperação. Suas empresas estão bem mais integradas entre si do que as latino-americanas e, no campo político externo, os países da Ásia do Leste vivem uma realidade bem diferente da de nossa região. Sua segurança é mais dependente dos americanos, seus interesses estratégicos e de manutenção da segurança são absorvidos na realidade regional, o que torna difícil deslocar sua atenção para um diálogo mais rico com a América Latina. A China, é fato, tem um mecanismo regular de diálogo com a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), da qual o Brasil se retirou.

Reconhecidas as dificuldades, será indispensável redobrar os esforços para criar vínculos mais fortes com a região. A Ásia, particularmente a China, estará no centro do debate sobre relações internacionais nos anos adiante.

Como indicado anteriormente, a estratégia norte-americana para conter a China, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento tecnológico e à força militar, não dá sinais de que será arrefecida. Ao contrário. A guerra da Ucrânia gerou uma nova pressão para que a China abandone a neutralidade em relação à Rússia e passe ser mais ativa na defesa da paz.



A China provavelmente não fará isso por três fatores principais: primeiro, porque vê na Rússia um país também conectado ao projeto de operar um modelo político e econômico diferente do modelo ocidental. Segundo, porque há entre a Rússia e a China uma cooperação militar já amadurecida que nenhum dos dois lados pretende interromper. Xi Jinping e Putin, na verdade, para além da cooperação militar, posicionaram as relações bilaterais num patamar elevadíssimo ao se comprometerem com uma amizade sem limites. Finalmente, porque a China teme que os Estados Unidos e a Europa busquem atrair para sua aliança militar países do Leste Asiático, o que seria inaceitável para ela. Ao deixar claro que o esforço de incorporação da Ucrânia à OTAN é visto como uma ameaça à sua segurança, a Rússia acaba expressando um conceito caro à política externa chinesa.

A melhor perspectiva que se pode ter é que a China e os Estados Unidos possam construir um ambiente em que, acima de tudo, prevaleça a paz, mas que propicie também algum nível de entendimento entre eles, pelo menos em torno de temas de interesse global, como mudanças climáticas ou a resposta a pandemias. Mas é possível que o entendimento não se materialize ou seja muito débil. Nesse caso, os demais países da comunidade internacional poderão ser frequentemente demandados a tomar posições de um ou outro lado e terão que administrar as relações com a China e os Estados Unidos sem o constrangimento dos alinhamentos automáticos que prevaleceram durante o período da guerra-fria.

É pouco provável que haja um renascimento de movimentos como o dos Não Alinhados, pelo menos da maneira como existiu no passado, pois ele foi, em larga medida, resultado

do processo de descolonização e porque o relacionamento bilateral EUA-URSS era reduzido, muito limitado ao tema do desarmamento. A China e os Estados Unidos interagem em foros de interesse global como o G20 e estabeleceram vínculos econômicos de grande densidade que afetam a economia internacional. Mas o princípio do não alinhamento poderá, de alguma maneira, voltar à reflexão, seja para o tratamento de questões mais tradicionais ou de temas novos que inevitavelmente aparecerão, como os que, ainda de maneira muito tênue, começam a vir à tona, relacionados à hegemonia do dólar nas transações financeiras internacionais.

O Brasil, como os demais países, terá que reforçar alianças antigas e forjar novas e precisará possivelmente posicionar-se ou reposicionar-se na esfera internacional de forma equilibrada. E precisará saber manter tanto com os Estados Unidos, quanto com a China um ambiente de diálogo, sem assumir posição de alinhamento com qualquer dos dois lados.

O Brasil é membro do BRICS, um grupo que não perdeu o propósito de trazer novas perspectivas para temas relacionados ao desenvolvimento e à gestão da ordem mundial. Um brasileiro tem hoje a presidência da mais importante instância do BRICS, à parte as reuniões presidenciais de Cúpula: o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Ao mesmo tempo, o país busca adesão à OCDE, organização alinhada a uma ordem internacional baseada em valores consagrados no Ocidente e que demanda alto grau de uniformidade entre os membros na regulação nacional de uma gama expressiva de temas. O BRICS abre portas para uma boa conexão brasileira com a realidade asiática (dois dos seus membros são asiáticos e a

Rússia estará cada vez mais integrada à Ásia) e nos ajuda a adensar a teia de relacionamento com a região. A adesão à OCDE, por sua vez, ampliará o grau de credibilidade da gestão pública brasileira. Teremos que administrar nossa participação nas duas instâncias de modo a explorar o valor adicionado de cada uma delas.

---

## O RELACIONAMENTO COM A CHINA

O relacionamento com a China adquiriu tal grau de complexidade na última década que seria difícil listar todas as áreas e ações em que os dois países podem e devem trabalhar juntos.

O Conselho Empresarial Brasil-China, na esteira de uma reflexão iniciada em 2020 com o trabalho “Bases para uma estratégia de longo prazo do Brasil para a China”<sup>1</sup>, identificou, ao longo do primeiro semestre de 2022, 11 tópicos a serem objeto de atenção prioritária, entre eles a cooperação no combate à mudança climática, agropecuária e sustentabilidade, agropecuária de baixo carbono e finanças verdes, regulação em matéria de biotecnologia agrícola, expansão das fontes de energia renovável, biotecnologia sustentável, a substituição do plástico e outros produtos de origem fóssil por produtos de origem renovável, tecnologia e inovação, inclusão digital e conectividade no campo, uso de moeda local nas operações comerciais e integração financeira.

Na reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível (COSBAN), realizada em junho passado, aprovaram-se dois planos de trabalho para as relações bilaterais: um executivo, cobrindo um período de cinco anos, outro de longo prazo, com um horizonte de dez anos adiante.

---

1 O trabalho é de autoria de Tatiana Rosito, *senior fellow* do CEBRI.

O Núcleo Ásia do CEBRI, por sua vez, produziu relatórios temáticos sobre BRICS ou as perspectivas para a cooperação Sino-Brasileira no âmbito do XIV Plano Quinquenal da China, por exemplo, contendo propostas de política pública.

Não haveria, no momento, o que adicionar ao material já bastante extenso sobre a agenda que o Brasil e a China podem construir. O importante é que ela seja implementada com disciplina e regularidade. Os documentos do Núcleo Ásia refletem pontos levantados em diversos debates promovidos pelo CEBRI, o do CEBC foi concebido com a participação direta de empresas privadas que têm interesse no relacionamento com a China, e o trabalho da COSBAN resulta da interação entre órgãos governamentais brasileiros e chineses no contexto das diversas subcomissões que funcionam sob o guarda-chuva da Comissão. Uma síntese de recomendações, com base nas publicações mencionadas, está disponível em anexo.

Vale, contudo, salientar seis pontos mais gerais para a reflexão:

O primeiro é que é necessário fortalecer a interconexão estratégica Brasil-China no segmento agropecuário, de modo não só a assegurar as garantias sanitárias exigidas pelas autoridades chinesas, mas também – e principalmente – ampliar consistentemente a confiança do mercado e do governo chinês e *lock in* avanços já obtidos.

É um equívoco trabalhar com a hipótese de que mercados hoje assegurados estarão sempre automaticamente favoráveis aos fornecedores. A China tem repetido consistentemente em seus planos quinquenais que quer buscar a redução da concentração das

compras de soja e de outros produtos agrícolas. O tema da segurança alimentar está ganhando crescente força na realidade interna chinesa e a procura de fomentar fornecedores alternativos de produtos agrícolas é permanente. A manutenção do mercado chinês requer esforço contínuo e programado. As demandas das sociedades por processos ambientalmente saudáveis na produção de alimentos se ampliarão e os ganhadores, na sempre difícil competição pelo mercado, serão os que puderem mostrar não apenas eficiência, mas compromissos decididos com a disciplina sanitária e as regulações ambientais.

E, no contexto desse esforço, é inescapável a reflexão sobre os ganhos potenciais de um acordo econômico-comercial bilateral. No âmbito do Mercosul, aliás, o Uruguai defende, há algum tempo, a negociação de um acordo de livre comércio com a China.

O segundo é que a vertente ambiental da relação Brasil-China tem potencial para exercer centralidade no relacionamento, operando como um grande guarda-chuva que, inclusive, aumente o grau de confiabilidade das exportações para o mercado chinês. Há uma ampla gama de temas nesse contexto, inclusive, financeiros (*green bonds*, mercado de carbono, por exemplo). Vale lembrar que numa listagem recente de Bancos Centrais com compromissos ambientais fortes, o Banco Central chinês esteve em primeiro lugar e o brasileiro em segundo.

O terceiro fator tem a ver com o desenvolvimento de novas tecnologias na China e sua aplicação nos processos industriais e no setor de serviços. O tema vai da geração de tecnologias em matéria de robótica e inteligência artificial, principalmente, ao tratamento do impacto que isso terá sobre os segmentos produ-

tivos e a sociedade. A China também terá que fazer um esforço difícil de incorporar a mecanização e outros avanços à produção manufatureira e, nesse sentido, trará desafios semelhantes aos que um país como o Brasil deve encontrar.

A vertente financeira necessita atingir um novo patamar no relacionamento. Temas como comércio em moeda local, o *swap* de moedas, a designação de instituições financeiras para atuarem como câmaras de conversão entre o real e o renminbi, o desenvolvimento de moedas digitais deveriam ganhar relevo na agenda bilateral. Diversos outros países – inclusive europeus e mesmo os Estados Unidos – têm com a China mecanismos para a conversão de moedas, acordados desde 2013.

Será necessário voltar à reflexão sobre uma eventual adesão formal do Brasil à Belt and Road Initiative (BRI). Neste momento, as autoridades chinesas dão sinais de que estão, elas mesmas, avaliando o impacto da iniciativa e dirigindo atenção a fragilidades nos empréstimos concedidos para a implementação de projetos em países de menor desenvolvimento relativo. Ao mesmo tempo, a política de desenvolvimento da infraestrutura no Brasil, calcada em licitações, mantém a atratividade das oportunidades que existem no nosso mercado para empresas estrangeiras sem a necessidade de adesão à BRI. Os rumos da Belt and Road têm que estar em nosso radar e, à luz do contexto mais global do que buscamos com a China, poderá nos interessar a inserção na Iniciativa.

Por último, o mundo estará atento, nos próximos anos, ao futuro das cadeias de valor na produção manufatureira. A constatação recente da dependência mundial de itens chineses em setores

essenciais, como o farmacêutico, a consciência da própria China de que pode ser afetada na dependência que tem de insumos comprados fora do país se o ambiente internacional se mostrar desfavorável a ela são matérias que extrapolam o contexto bilateral, mas que terão que estar no radar das reflexões brasileiras sobre o Brasil e a China.

Como conclusão, uma observação de ordem puramente prática: na China, as relações operam-se, via de regra, de cima para baixo. É sempre necessário que as autoridades de mais alto nível exerçam a liderança dos contatos com suas contrapartes chinesas para que, nos seus diversos aspectos em diferentes níveis de interação, a cooperação possa gerar resultados concretos.



---

## **ANEXO**

### **LISTA DE RECOMENDAÇÕES**

#### **BASEADAS NAS PUBLICAÇÕES DO**

#### **NÚCLEO E DOS SEUS ESPECIALISTAS**

### **Comércio e cooperação econômica**

- » Desenvolver uma estratégia comercial com a China voltada para a agregação de valor e a diversificação das exportações, baseada no estabelecimento de políticas e incentivos econômicos concretos. Estes passam por relações comerciais que consolidem compromissos bilaterais de longo prazo, em particular na área agrícola e de segurança alimentar, pela negociação de acordos comerciais preferenciais em linha com a estratégia de diversificação, e pelo desenvolvimento de cadeias de produção para produtos de maior valor agregado, em função da demanda e perspectivas do mercado. Incluem, entre outros, promover a adoção de regras e boas práticas setoriais, sobretudo no que tange à sustentabilidade e rastreabilidade da produção, e à adoção de critérios de qualidade; e desenvolver a participação em cadeias asiáticas para indústrias de alto crescimento, como eletroeletrônicos ou bioeconomia.
  
- » Desenvolver uma estratégia de promoção comercial que articule os setores produtivos, os órgãos de fomento e os reguladores brasileiros e que promova a presença institucional brasileira na Ásia. Promover uma campanha de imagem consistente, específica para o mercado

chinês/asiático, utilizando veículos de comunicação que atinjam vários segmentos do mercado, incluindo mídias sociais; aliar a coordenação dos serviços existentes com a estratégia de comércio e processos contínuos de abertura de mercados e agregação de valor; e ampliar o papel da APEX-Brasil, para produzir estudos e conhecimento, facilitar a entrada de empresas no mercado e providenciar serviços correlatos, a partir do escritório da agência na China.

- » Implementar mecanismos para acompanhar as evoluções do comércio, em particular as trocas em moedas locais, à luz da crescente participação internacional de moedas como o renminbi. Explorar o estabelecimento de uma instituição financeira de *clearing* entre as moedas brasileira e chinesa, permitindo a conversão direta de renminbi em reais e vice-versa.
  
- » Estimular uma maior penetração das empresas brasileiras no mercado asiático, através da promoção de *joint ventures* e de investimentos na Ásia, de medidas de capacitação dos produtores para dar escala e internacionalizar os produtos, bem como por meio do desenvolvimento do uso das plataformas de *e-commerce*.

## Sustentabilidade

- » Promover a sustentabilidade como eixo transversal da parceria com Ásia, em particular com a China. Estabelecer, por exemplo, um mecanismo de diálogo permanente nesta área, e identificar oportunidades de cooperação relacionadas às metas de descarbonização e desenvolvimento sustentável.
- » Consolidar a imagem do Brasil como potência agrícola e ambiental, e acompanhar as mudanças de padrão de consumo e produção na agricultura, setor que estará crescentemente sujeito a novos padrões e regulamentações relativas à qualidade dos alimentos, rastreabilidade ou respeito às comunidades. Ampliar a comunicação, inclusive em mandarim, para formadores de opinião e consumidores chineses, a respeito da visão de sustentabilidade e da produtividade da agricultura brasileira, bem como para informar sobre as práticas de produção das indústrias, com campanhas maciças de informação.
- » Potencializar esforços de instituições e empresas para se inserir na nova economia verde e desenvolver setores promissores como agricultura tropical e ciências agrárias, parques tecnológicos, cidades inteligentes ou energias renováveis, mediante o estabelecimento de prioridades e o lançamento de projetos concretos que possam ser estimulados pelos dois governos.
- » Incentivar as empresas a tornar suas cadeias mais transparentes e a adotar critérios de sustentabilidade e boas prá-

ticas e padrões derivados da cooperação bilateral. Alinhar os produtos nacionais com as novas demandas e possibilidades de investimento.

- » Desenvolver oportunidades de “financiamento verde”, explorando o potencial da parceria para a ampliação de *green bonds* no Brasil, para financiar projetos de agropecuária sustentável, por exemplo. Fomentar a construção de carteiras de projetos sustentáveis junto a bancos de desenvolvimento nacionais e multilaterais.

## **Investimentos, mercados de capitais e infraestrutura**

- » Promover uma agenda estruturante na área financeira para viabilizar projetos de investimento direto e novos fluxos de investimentos financeiros e atrair poupança externa para o desenvolvimento brasileiro. Aproveitar as oportunidades de convergência, em particular entre Brasil e China, em infraestrutura relacionada à agricultura sustentável, modernização do setor de transportes e infraestrutura portuária e aeroportuária, conectividade de dados, digitalização e transição energética.
- » Criar um ambiente seguro para investimentos, com sinalização de compromissos de longo prazo, reduzindo incertezas regulatórias, e estimular parcerias e investimentos nas cadeias produtivas brasileiras para incentivar fluxos comerciais e garantir mercados, por exemplo. Estreitar a colaboração sobre marcos regulatórios com a China e ampliar o nível de informação e clareza sobre o ambiente de

investimentos e o planejamento do governo, especialmente na área de infraestrutura (*e.g.* aprofundar a familiaridade e intercâmbio de conhecimento entre agentes públicos e privados e empresas de construção dos dois lados).

- » Incentivar a participação de instituições financeiras asiáticas no financiamento da infraestrutura sustentável, bem como a cooperação para o investimento bilateral e a atuação de intermediários financeiros, para uma melhor compreensão dos riscos, redução da brecha de conhecimento entre os dois países, e disseminação de padrões de sustentabilidade. Buscar oportunidades de cooperação com a utilização de novos mecanismos (*garantias, syndication, project bonds, etc.*) ou das possibilidades de financiamento em moedas locais.
- » Ampliar a cooperação entre bancos de desenvolvimento, por meio do desenvolvimento de cofinanciamento entre os bancos, com uma maior participação no risco de crédito dos projetos.
- » Aproveitar as vantagens competitivas brasileiras relacionadas à meta de neutralidade de carbono chinesa, por meio de uma estratégia nacional para o aproveitamento dos investimentos em áreas como energia solar e eólica, biocombustíveis, reflorestamento, e de novas tecnologias como hidrogênio verde.
- » Promover maior integração entre os mercados de capitais para captação de poupança, e acompanhar a cooperação entre instituições financeiras, como a B3 e a Bolsa de Va-

lores de Xangai, com participação conjunta de administradoras de ativos e maior familiaridade de investidores chineses com as empresas e o mercado brasileiro.

## Cooperação tecnológica e digital

- » Aprofundar a cooperação em tecnologia, com foco no conhecimento avançado nas áreas de inteligência artificial, computação em nuvem e 5G, tecnologias que devem mudar a realidade empresarial e o comportamento das empresas.
- » Promover a transição digital da infraestrutura, a partir do conhecimento da China na migração do *hard computing* para a inteligência artificial, e conceber projetos em colaboração com a China. Políticas voltadas para a atração das tecnologias que o país deixará para trás podem ser interessantes.
- » Estruturar uma colaboração científica com a China em bioeconomia, farmacêutica e saúde, para desenvolver tecnologia de fronteira e aprofundar as oportunidades da parceria para desenvolvimento de vacinas, pesquisa genética, etc.
- » Apoiar parcerias entre entes federativos e universidades do Brasil e da China e disseminar modelos bem-sucedidos de cooperação; incentivar parcerias com empresas globais e chinesas estabelecidas no Brasil que possam potencializar a aproximação dos ecossistemas de inovação, sobretudo em agricultura e tecnologias aplicadas aos centros urbanos.

## Agenda política

- » Valorizar a COSBAN, mediante a concretização de encontros regulares que expressem e alavanquem seu papel central no relacionamento econômico e estratégico entre o Brasil e a China. Fortalecer o acompanhamento e monitoramento da implementação dos compromissos feitos.
  
- » Estabelecer uma coordenação interministerial, de alto nível, que abranja temas de importância estratégica para o Brasil em suas relações com a China e que tenha, entre outros, o objetivo de oferecer insumos e sugestões para a preparação brasileira às reuniões bilaterais da COSBAN.
  
- » Desenvolver uma reflexão estratégica sobre a inserção do Brasil no BRICS, que permita ao Brasil ter acesso a um foro essencialmente asiático.
  
- » Reforçar a coordenação nacional, subnacional e setorial na parceria com os países asiáticos, melhor definindo o papel de políticas em cada nível, e promovendo uma maior interação entre entidades subnacionais asiáticas e brasileiras.
  
- » Instituir um diálogo entre o setor público e o setor privado e financeiro na definição de uma estratégia comercial para a China, de modo a contribuir para a identificação de gargalos políticos ou regulatórios, por exemplo.

» Seguir reforçando os mecanismos de cooperação acadêmica e cultural com a Ásia, inclusive o estudo de línguas, bem como o diálogo entre governo, universidades e *think tanks* no Brasil a respeito de estudos asiáticos e das relações com países do continente.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### ROSITO, TATIANA.

**Bases para uma estratégia de longo prazo do Brasil para a China.** Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, outubro 2020.

### CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CEBRI (NÚCLEO ÁSIA).

Brasil-China: por uma parceria estratégica global sustentável para o século XXI. *In Position Papers*. Rio de Janeiro: CEBRI, outubro 2018. p. 33-79

### PERSPECTIVAS BRASILEIRAS PARA O BRICS.

Núcleo Ásia: CEBRI, junho 2022.

### XIV PLANO QUINQUENAL DA CHINA: PERSPECTIVAS PARA A COOPERAÇÃO SINO-BRASILEIRA.

Núcleo Ásia: CEBRI, julho 2021.



# **Asian countries, China and Brazil: Thoughts on how to organize our relations**

---

## OVERVIEW

The emergence of Asia, China in particular, has enormous impact on the contemporary world. On the one hand, because it reoriented trade. On the other hand, because Asian countries break established Western standards on how countries should organize domestic politics and address different issues.

Asia is not a uniform region, nor is it moving toward any degree of uniformity. Its countries have different political regimes, adhere to different economic management practices, are at different levels of development, involve a wide range of cultures, even within countries, and embrace values other than those that guide how Western societies conduct public affairs and international relations.

The country that today is the very face of Asia's new presence in the world, China, follows a peculiar development model that has hitherto been successful but remains not fully consolidated. There is much uncertainty on the future of China's economic opening, on how Beijing sees the private sector and on how China's economy will transition from a growth strategy based on investment and exports to one in which consumption plays a more significant role. At the same time, the prevailing conviction seems to be that China will achieve its goal of building a modern, technologically advanced and influential country that offers its citizens a high standard of living.

---

Asia sees a divorce between economic and political alliances. Festering territorial issues create an environment of mutual distrust that contrasts with the close economic web that connects Asian countries with each other and with China at the center.

Two potent political factors have recently been added to the mix. First, the unequivocal demonstration, since the inauguration of Joe Biden's administration, that the US campaign to curb China's technological advancement and to frustrate its claim to a hegemonic role in East Asia will not fade. That is one of the few issues, if not the only one, on which Democrats and Republicans agree. Most Asian countries offer some support to US efforts to contain China's military assertion. Second, Russia will inevitably strengthen its connections with Asia and reduce its interaction with Europe in the aftermath of the Ukraine war. But it remains to be seen if that will work to Asia's benefit or not. That Russia and Chinese will grow economically closer is beyond dispute. At the political level, China and Russia will work as a counterweight to challenge the American-European leadership on the international arena and on multilateral forums.

Asia's complexity makes it impossible to accurately comprehend the full significance of its emergence. If Chinese pragmatism is the best parameter, then focus should rather fall on economic issues and on the promotion of trade and investment than on social issues, such as human rights and the protection of minorities, or on behavioral issues. The problem is that the rest of Asia does not always agree with China and political factors will gain new significance in the strategic decision-making process of countries and businesses in the post-pandemic and post-Ukraine war world, in contrast to the primacy of the economy in

recent decades. Even in China, political and ideological issues have gained new momentum in the last decade. Finally, it is reasonable to expect that Asia will be interested in the debate on issues with global impact, not least because parts of Asia may be hit hard by climate change, to mention but one such issue.

Asia's rise will not make it simple to advance in setting international standards and regulations for novel issues that require universally accepted rules, such as the operation of the Internet and social media or the impact of digitization on privacy, for example. With or without internationally accepted standards, Asia in general and China in particular will gain increasing importance in the applications of digitization, in the development of artificial intelligence and other technologies that affect the lives of businesses and societies. It will be essential to follow their movements and to seek healthy interactions with them.

The prevailing expectation today is that in parallel with Asia's rise, and to some extent because of it, multilateralism as conceived since the end of World War II will lose ground. A more influential Asia will seek to review the balance of power and the multilateral organizational framework, which is very difficult.

That said, the most abrasive element to erode multilateralism, to wit, diminishing US support for multilateral organizations, is only indirectly related to Asia. The US political establishment increasingly feels that multilateralism has benefited countries other than the USA, China in particular. Even the current Democrat administration, despite its more positive opinion of multilateralism than the preceding Republican government's, chose to arrange specific multilateral meetings outside the

context of organizations, such as the Summit of the Americas and the Summit for Democracy, whose participants are chosen or excluded depending on the US view of their engagement with the issues at hand. European countries, in turn, are now looking inward and are concerned with the reinvigoration of their military capacity. They show reduced appetite for decisive and priority action in support of broadening the forums for debate. Finally, it seems clear that multilateralism only works well in the presence of an undisputed and vigorous leader that will guide it, as occurred in the post-war decades under active and unchallenged US leadership. Despite its continuous expression of support for multilateral institutions, China is not in a position to lead them alone.

As multilateralism loses its ability to bring nations together around major issues, the regional and bilateral aspects of international relations will gain weight. Indeed, East Asian countries are already engaged in regional initiatives such as the ASEAN+3 forum (China, Japan and Korea), the negotiation of a trade agreement between Japan, China and Korea and the Comprehensive Economic Partnership Agreement (CEPA) signed in late 2021 by ASEAN members, China, Japan, Korea, Australia and New Zealand.

Be that as it may, countries within and outside Asia must focus on their interests and priorities in narrower contexts and muster enough creativity to ignite actions that can buttress bilateral or regional ties, generate interest within society and deliver positive results. Multilateralism is naturally mobilizing. Bilateral and regional relations need to be built.

That scenario poses a new challenge for Brazilian diplomacy. The design and implementation of an Asia policy will be very difficult because Brazil has no track record of consistent dialog with Asian countries other than China and Japan, with which we already have well-structured, if haltingly implemented, cooperation frameworks.

Brazil must add spark to its High-Level Bilateral Commission (COSBAN) with China, foster a more frequent and more visible dialog with Japan, Korea and India, review the Latin America-East Asia Cooperation Forum (FOCALAL), which never garnered much interest here, and develop specific conduits for interaction with Southeast Asia, including a MERCOSUR-ASEAN Ministerial Dialog. Latin America and Southeast Asia, by the bye, are two regions whose characteristics – their diverse levels of development and the challenges they face – can produce an agenda of interest to both sides. The good news is that Mercosur has just signed a free trade agreement with Singapore and plans to discuss an agreement with Korea.

---

## BRAZIL AND ASIA

Brazil's relations with Asia have in recent years acquired unexpected dynamism on the trade front. In 2021, exports to China surpassed exports to Europe, the US and Mercosur combined. Our US\$49 billion exports to Asian countries other than China and Japan exceeded our sales to the US (US\$21 billion) and to Europe (US\$36 billion). Our trade will probably not shift toward Europe even if the free trade agreement with the European Union is fast-tracked into operation.

Trade with China takes pride of place because of its volume, of its significance for Brazil's balance of payments and of its key share in the revenue mix of significant Brazilian businesses. Other than its participation in Brazil's trade, China is a significant investor in Brazil's economy, to the tune of US\$70 billion, and diverse segments such as renewable energies, technology, scientific research and the environment show significant potential for investment growth. There is significant room for increased financial interaction between Brazil and China. Their financial relations are today constrained by China's limited experience of emerging country capital markets and by the very characteristics of China's economy, whose capital account remains relatively closed.

Our dialog with Asian countries falls noticeably short of the importance our trade with them has gained. Generally speaking, both sides have a poor track record of building an agenda of interest to both. We have for two decades maintained

---

functioning dialog conduits with Japan such as the Business Council and the Council of Notables, both related to the traditional presence of Japanese businesses in the Brazil. But Japan has lost the significance it had for the Brazilian economy four or five decades ago. We do have a Business Council with China that operates differently than the Brazil-Japan Council. The Brazilian section is quite active but the interaction with the Chinese one is lackluster. With other countries, it is difficult to select actions that can mobilize government and non-government entities and that will be of interest to businesses and to society.

As we basically export commodities to Asia, no significant direct links were created between exporters and importers, especially in the trade in agricultural goods. As a rule, trade is operated by multinational companies that buy here and sell there, so that the endpoints never meet. Some companies that trade in non-agricultural products such as iron ore, proteins, oil or cellulose have developed close contact with their Chinese buyers but that is an individual achievement of each such company that has little aggregate visibility.

Other factors also impede the construction of a richer agenda. Several Asian governments maintain a strong presence in or influence on their economies while the Brazilian economy is mostly privately-run, despite the presence of state-owned enterprises in some industries. Interaction prospects are more robust or good-quality dialog with some countries already exists in sectors where Brazilian state-owned enterprises have weight, such as oil and development funding.



Moreover, Asian countries are very much focused on their regional cooperation mechanisms. Their businesses are much more integrated with each other than Latin American ones are and the foreign policy of East Asian countries operates in very different scenarios from ours. Their greater dependence on the US for security and the gravitational pull Asian affairs exert on their strategic and security interests makes it hard to shift their attention to a richer dialog with Latin America. China does maintain a regular dialog with the Community of Latin American and Caribbean States (CELAC), from which Brazil has withdrawn.

Brazil must first learn what the difficulties are and then redouble efforts to build stronger links with Asia. Asia, China in particular, will be at the very core of the international relations debate for years to come.

As indicated earlier, the US strategy to contain China shows no sign of cooling, especially in relation to China's technological development and military might. Quite the opposite. The Ukraine war has created new pressure for China to abandon its neutrality in relation to Russia and to become more active in defending peace.

China will probably not do that for three main reasons: first, because China sees Russia as a fellow participant in the project to operate a political and economic model that differs from the Western template. Second, because Russia and China already maintain a well-developed military cooperation that neither side intends to break. Indeed, Xi Jinping and Putin have positioned bilateral relations at a very high level, going beyond military

cooperation, by committing to unlimited friendship. Finally, because China fears the United States and Europe will seek to attract East Asian countries to their military alliance, which China will find unacceptable. By clearly stating that the effort to incorporate Ukraine into NATO is a threat to its security, Russia subscribes to a notion that is dear to Chinese foreign policy.

The best outcome possible is that China and the United States build an environment that is peaceful above all but also conducive to some level of understanding between them, at least around issues of global interest such as climate change or the response to pandemics. It is entirely possible, however, that such an environment never materializes or proves to be too thin. In that circumstance, other countries in the international community may often be required to position themselves on one side or the other and will have to manage relations with China and the United States without the constraint of the automatic alignments that prevailed during the Cold War.

The revival of initiatives such as the Non-Aligned Movement is unlikely, at least as it existed in the past, because it was largely the result of the decolonization process and because the US-USSR bilateral relations were very limited and strongly focused on disarmament. China and the United States interact in forums of global interest such as the G20 and have established high-density economic ties that affect the global economy. But the non-alignment principle may in some way return to the arena, whether to address traditional matters or new ones that will inevitably appear, such as the still very incipient challenge to the dollar's hegemony in cross-border financial transactions.

Brazil, like other countries, will have to reinforce old alliances and to forge new ones and may have to tread a thin line to position or reposition itself in the international arena. Brazil must find how to maintain its dialog with both the United States and China without aligning with either side.

The BRICS group of countries, which includes Brazil, has not lost its purpose of finding new approaches to issues associated with development and with the management of the international order. A Brazilian now heads the most important BRICS forum apart from the presidential summit meetings: the New Development Bank (NDB). Brazil at the same time has filed for membership in the OECD, an organization aligned with an international order based on established Western values and which requires a high level of uniformity in its members' domestic regulation of a wide array of issues. Participation in the BRICS group opens the door for closer connection between Brazil and Asia (two group countries are Asian and Russia will increasingly integrate into Asia) and will help Brazil create a denser relations network within that continent. Accession to the OECD, in turn, will increase the credibility of Brazil's public administration. We will have to manage our participation in both groups in such a way that we can benefit from each one's added value.

---

## RELATIONS WITH CHINA

Our relations with China have acquired such a degree of complexity in the last decade that it would be difficult to list all the areas and actions in which the two countries can and should work together.

The Brazil-China Business Council (CEBC), continuing the effort initiated in 2020 with the publication of the paper “Foundations for Brazil’s Long-Term Strategy toward China”<sup>1</sup>, identified in the first half of 2022 eleven priority topics including cooperation in combating climate change, agriculture and sustainability, low-carbon agriculture and green finance, regulation of agricultural biotechnology, expansion of renewable energy sources, sustainable biotechnology, replacement of plastic and other products from fossil sources with products from renewable sources, technology and innovation, digital inclusion and connectivity in the countryside, use of local currencies in trade transactions and financial integration.

Two work plans for bilateral relations were approved in the High Level Bilateral Commission (COSBAN) meeting held last June: a five-year executive plan and a long-term plan spanning ten years.

CEBRI’s Asia Program produced thematic reports focusing on, for example, the BRICS group and the prospects for China-Brazil cooperation within the framework of China’s 14<sup>th</sup> Five-Year Plan, and containing public policy proposals.

---

1 Written by CEBRI senior fellow Tatiana Rosito.

There is nothing to add at this time to the already very long “shopping list” for the Brazil-China agenda. The key thing is for that agenda to be implemented with discipline and constancy. Asia Program materials reflect issues raised in several debates organized by CEBRI. The CEBC paper was written with the direct participation of private businesses that have an interest in Brazil’s relations with China, and COSBAN’s work stems from the interaction between Brazilian and Chinese government agencies through the numerous subcommittees that operate under the COSBAN umbrella. A summary of the recommendations made in the publications mentioned is available in the attachment.

Let us mention six general issues:

First, Brazil must strengthen its strategic interconnection with China in the agricultural sector in order not only to satisfy China’s health requirements but also – and mainly – to consistently increase the confidence China’s market players and government put in Brazil and to lock in the progress already made.

It would be a mistake to assume that markets that today seem secure will always and automatically favor suppliers. China’s five-year plans repeatedly mention the goal of reducing the concentration of purchases of soybeans and other agricultural products. Food security has been gaining priority in China’s domestic agenda and the country is permanently looking for alternate sources of agricultural products. Maintaining the Chinese market requires continuous and well-planned efforts. Societal demands for environmentally sound food production processes will grow louder and the winners in the always difficult compe-

tion for markets will be those who can deliver efficiently and who can show decisive commitment to health discipline and to environmental standards.

That effort inevitably requires discussing the potential benefits of a bilateral economic and trade agreement. Uruguay has for some time favored the negotiation of a Mercosur-China free trade agreement.

Second, environmental aspects may come to play a key role in Brazil-China relations, operating as a large umbrella under which China may gain more confidence in Brazilian exports. Environmental aspects are multifaceted and include a financial side (e.g. green bonds, carbon markets). It is noteworthy that China's and Brazil's central banks were ranked respectively first and second in a recent list of environmentally committed central banks.

The third issue is associated with China's development of new technologies and their application in industrial processes and in services. This issue encompasses the creation of technologies, mainly in robotics and artificial intelligence, and their impact on production and on society. When facing the difficult task of incorporating mechanization and other advances into manufacturing, China will face challenges similar to those that a country like Brazil must meet.

Financial aspects must reach a new level so that topics such as trade in local currencies, currency swaps, the designation of financial institutions to clear real/renminbi transactions and the development of digital currencies will gain traction on the

bilateral agenda. Several countries – including European ones and even the United States – have since 2013 entered into agreements with China to create currency exchange mechanisms.

Brazil must rethink its potential formal adherence to the Belt and Road Initiative (BRI). Chinese authorities now give signs they are themselves assessing the impact of the initiative and shifting their attention to weaknesses in loans given out for projects in relatively less developed countries. At the same time, Brazil's use of public tenders in infrastructure development projects already makes existing opportunities attractive to foreign bidders regardless of our participation in the BRI. The Belt and Road Initiative must be on our radar and it may be in our interest to join the initiative in light of our more global expectations regarding China.

Finally, the world will in coming years pay attention to the future of manufacturing value chains. The world's dependence on Chinese inputs for key industries, such as pharmaceuticals, and China's dependence on foreign inputs whose supply may be affected by an adverse international environment are issues that go beyond Brazil-China bilateral relations but which Brazil must track on its policy radar.

We conclude with a purely practical comment: relations in China as a rule are top-down. Cooperation will not yield any palpable results at any level of interaction unless our top-echelon authorities lead the contacts with their Chinese counterparts.

---

## **ATTACHMENT**

### **LIST OF RECOMMENDATIONS BASED ON THE PUBLICATIONS OF THE ASIA PROGRAM AND OF ITS EXPERTS**

#### **Trade and economic cooperation**

- » Develop a trade strategy for China based on economic policies and incentives focusing on adding value to our exports and on diversifying their mix. That includes trade relations that can consolidate long-term bilateral commitments, especially in agriculture and food security, the negotiation of preferential trade agreements in line with a diversification strategy, and the development of production chains for higher value-added products, depending on market demand and prospects. That means, among other things, promoting the use of agricultural standards and good practices, especially those associated with production sustainability and traceability, and the adoption of quality criteria; and fostering participation in Asian chains for high-growth industries such as electronics or the bioeconomy.
  
  - » Develop a trade promotion strategy bringing together Brazilian producers, development agencies and regulators to promote Brazilian institutional presence in Asia. Promote a consistent image campaign focused specifically on the Chinese/Asian market, using communication outlets that reach various market segments, including social media; combine the coordination of existing services with
-



our trade strategy and with the continuous effort to open up markets and to add value; and give APEX-Brasil a wider purview to make studies, to generate knowledge and to offer support services from its China office to Brazilian businesses that wish to penetrate the Chinese market.

- » Implement mechanisms to monitor trade developments, in particular transactions in local currencies, in light of the increasing international reach of currencies such as the renminbi. Study the creation of a financial institution to clear transactions in Brazilian and in Chinese currency so that renminbi can be directly exchanged into reais and vice versa.
  
- » Encourage Brazilian businesses to penetrate the Asian market by promoting joint ventures and investments in Asia, helping producers gain scale and internationalize their products and developing the use of e-commerce platforms.

## Sustainability

- » Promote sustainability in cross-section of our partnership with Asia, in particular with China. Establish, for example, a permanent conduit for dialog in this area, and identify cooperation opportunities associated with decarbonization and sustainable development goals.
  
- » Consolidate Brazil's image as an agricultural and environmental powerhouse and keep an eye on changes in consumption and production patterns in agriculture, which will be increasingly affected by new standards and

regulations on food quality, on traceability and on respect for communities. Expand communication with Chinese opinion makers and consumers, including in Mandarin, through massive information campaigns focusing on the sustainability and productivity of Brazilian agriculture and on our industrial production practices.

- » Enhance the efforts of institutions and businesses to transition into the new green economy and to develop promising sectors such as tropical agriculture and agricultural sciences, technology parks, smart cities or renewable energies, by establishing priorities and launching projects that can be stimulated by both governments.
- » Encourage businesses to make their chains more transparent and to adopt sustainability criteria and good practices and standards derived from bilateral cooperation. Align Brazilian products with new investment demands and possibilities.
- » Develop opportunities for “green funding”, exploring the potential use of green bonds to fund sustainable agricultural projects in Brazil, for example. Foster the organization of sustainable project portfolios with domestic and multilateral development banks.

## **Investments, capital markets and infrastructure**

- » Promote a groundwork financial agenda to enable direct investment projects and fresh financial investment flows that can attract foreign savings for Brazilian

development projects. Take advantage of opportunities for convergence, in particular between Brazil and China, in infrastructure associated with sustainable agriculture, modernization of the transportation industry and of port and airport infrastructure, data connectivity, digitization and energy transition.

- » Create a safe environment for investments by signaling long-term commitments, reducing regulatory uncertainties and encouraging partnerships and investments in Brazilian production chains to stimulate trade flows and to secure markets, for example. Promote closer cooperation with China on regulatory frameworks and provide more and better information on the investment environment and on government planning, especially in infrastructure (i.e. encourage interaction and exchange of knowledge between government and non-government players and construction companies on both sides).
  
- » Encourage Asian financial institutions to fund sustainable infrastructure projects and to cooperate in bilateral investments and in the operation of financial intermediaries so as to better comprehend risks, reduce the knowledge gap between the two countries and disseminate sustainability standards. Search for cooperation opportunities using novel mechanisms (guarantees, syndication, project bonds, etc.) or local currency funding.
  
- » Increase cooperation between development banks through their co-funding and greater participation in project credit risk.

- » Design a strategy for Brazil to use investments in solar and wind energy, biofuels, reforestation and green hydrogen projects as a springboard to take advantage of Brazil's competitive advantages associated with China's carbon neutrality goal.
  
- » Foster deeper integration between capital markets in order to capture savings and stimulate cooperation between financial institutions such as B3 and the Shanghai Stock Exchange and between asset managers so as to acquaint Chinese investors with Brazilian companies and market.

## **Technological and digital cooperation**

- » Intensify technological cooperation on advanced technologies that are expected to change how businesses operate and function, such as artificial intelligence, cloud computing and 5G.
  
- » Design cooperation projects that will give us the opportunity to profit from China's experience in the migration from hard computing to artificial intelligence in furtherance of the digital transition of our infrastructure. Potentially establish policies to attract technologies the country will leave behind.
  
- » Open pathways for scientific cooperation with China in the bioeconomy, in pharmaceuticals and health sciences, to develop cutting-edge technology and to find new partnership opportunities in vaccine development, genetic research, etc.

- » Support partnerships between Brazilian and Chinese sub-national government and universities and disseminate successful cooperation models; encourage partnerships with global and Chinese companies established in Brazil that can stimulate the creation of innovation ecosystems, especially in agriculture and technologies applicable to urban centers.

## Political agenda

- » Empower COSBAN by holding regular meetings to signal and leverage its key role in the economic and strategic relations between Brazil and China. Create stronger mechanisms to follow-up on and monitor the implementation of those commitments made.
- » Create a high-level inter-ministerial group to coordinate Brazil's relations with China on topics of strategic importance and to, among other things, offer insights and suggestions for Brazil to prepare for COSBAN bilateral meetings.
- » Develop strategic thinking on how Brazil can use its participation in the BRICS group to gain access to an essentially Asian forum.
- » Improve national, subnational and sectoral coordination in our partnership with Asian countries to better define the role of policies at each level and to promote greater interaction between Asian and Brazilian subnational entities.

- » Open a dialog through which government and non-government entities, including from the financial sector, can cooperate to define a trade strategy for China, for example, by identifying political or regulatory bottlenecks.
  
- » Keep strengthening academic and cultural cooperation with Asia, including the study of languages, as well as the dialog between Brazil's government, universities and think tanks regarding Asian studies and relations with Asian countries.

---

## REFERENCES

### ROSITO, TATIANA.

**Foundations for Brazil's Long-Term Strategy toward China.** Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, October 2020.

### CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CEBRI (NÚCLEO ÁSIA).

Brasil-China: por uma parceria estratégica global sustentável para o século XXI. In **Position Papers**. Rio de Janeiro: CEBRI, October 2018. p. 33-79

### PERSPECTIVAS BRASILEIRAS PARA O BRICS.

Núcleo Ásia: CEBRI, June 2022.

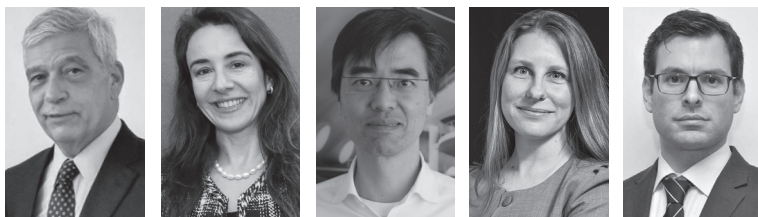
### XIV PLANO QUINQUENAL DA CHINA: PERSPECTIVAS PARA A COOPERAÇÃO SINO-BRASILEIRA.

Núcleo Ásia: CEBRI, July 2021.

---

---

## ESPECIALISTAS | SPECIALISTS



---

### MARCOS CARAMURU

**Conselheiro Internacional do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Diplomata, é sócio e gestor da KEMU Consultoria, com sede em Xangai, e vive há dezesseis anos no Leste Asiático. Foi cônsul-geral do Brasil em Xangai, embaixador na Malásia e em Pequim, secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e diretor-executivo do Banco Mundial, em Washington. É licenciado pelo Instituto Rio Branco (IRBr) e em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).**

Marcos Caramuru is a Member of the International Advisory Board of the Brazilian Center for International Relations (CEBRI). He is the Former Ambassador of Brazil to the People's Republic of China, and a partner and manager at KEMU Consultoria. Former Consul General in Shanghai, Ambassador of Brazil to Malaysia, President of the Financial Activities Control Council (Coaf), Secretary of International Affairs at the Ministry of Finance and Executive Director of the World Bank. Ambassador Caramuru holds a degree from the Rio Branco Institute (IRBr) and a degree in Business Administration from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ).

---

### TATIANA ROSITO

**Tatiana Rosito é *Senior Fellow* do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Também foi fundadora do Grupo de Análise sobre China do CEBRI em julho de 2017, o qual coordenou até outubro de 2020. É diplomata e economista, atualmente consultora do New Development Bank (NDB) em Xangai. Trabalhou mais de dez anos na Ásia, onde serviu nas Embaixadas do Brasil em Pequim e Cingapura, após seu posto na Missão do Brasil junto às Nações**

---

**Unidas, em Nova York. Foi Representante Chefe da Petrobras na China e Gerente Geral de Desenvolvimento de Negócios na Ásia entre 2017 e 2019.**

**Anteriormente, foi Secretária Executiva da Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República (CAMEX) e Assessora Especial dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, entre outras funções no serviço público. É membro convidado do comitê consultivo do Conselho Empresarial Brasil-China. Possui mestrado em Desenvolvimento Internacional pela *Harvard Kennedy School* e MBA Executivo pelo INSEAD e pela *Tsinghua University*.**

Tatiana Rosito is a Senior Fellow at the Brazilian Center for International Relations (CEBRI). She was also the founder of CEBRI's China Analysis Group in July 2017, which she coordinated until October 2020. She is a diplomat and an economist, currently working as a consultant at the New Development Bank (NDB) in Shanghai. She has worked for more than ten years in Asia, where she served at the Brazilian Embassies in Beijing and Singapore, following her posting at the Brazilian Mission to the United Nations in New York. She was Petrobras' Chief-Representative in China and General Manager for Business Development in Asia from 2017 to 2019.

Previously, she was Executive Secretary at the Brazilian Foreign Trade Board (CAMEX) and Special Advisor to the Ministers of Finance and Planning, among other roles in the public service. She is also an invited member of the Consultative Committee of the Brazil-China Business Council. She holds a Master's degree in International Development from the Harvard Kennedy School and an Executive MBA from INSEAD and Tsinghua University.

---

## PHILIP YANG

**É fundador do URBEM, instituição dedicada à estruturação de projetos urbanos. Mestre em Administração Pública pela Harvard Kennedy School. Foi diplomata de carreira do serviço exterior brasileiro entre 1992 e 2002, tendo servido em missões do Brasil em Genebra, Pequim e Washington. Atuou/atua como membro de conselhos das seguintes instituições: MIT Corporation Visiting Committee do Department of Urban Planning (2012-2016); Arq. Futuro, um dos principais foros de debate sobre arquitetura e urbanismo do Brasil; Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP); Conselho da Cidade do Município de São Paulo (2013-2016); Conselho da Cidade do Rio de Janeiro (2013-2016); e Harvard University Brazil Office Advisory Group.**

Philip Yang is the founder of Urbem, an institution dedicated to the structuring of urban projects. He holds a Master's degree in Public Administration from Harvard



Kennedy School. He was a diplomat in Brazil's foreign service between 1992 and 2002, having served in Geneva, Beijing, and Washington. He is/was a board member in the following institutions: MIT Corporation Visiting Committee of the Department of Urban Planning (2012-2016); Arq.Futuro, one of the main spaces for debate on architecture and urbanism in Brazil; the Symphonic Orchestra of the State of São Paulo (OSESP); the City Council of São Paulo Municipality (2013-2016); the Rio de Janeiro City Council (2013-2016); and the Harvard University Brazil Office Advisory Group.

---

## **LARISSA WALCHHOZ**

**Larissa Wachholz é Sócia da Vallya e Ex-Assessora Especial da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, Tereza Cristina, para assuntos relativos à China. É Senior Fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e sócia-fundadora do Instituto de Relações Governamentais (Irelgov).**

**Larissa tem mais de dez anos de experiência com o mercado asiático. Morou em Pequim entre 2008 e 2013, trabalhando com desenvolvimento de negócios e relações institucionais. Atuou como diretora da assessoria financeira Vallya entre 2013 e 2019, onde foi responsável pela assessoria estratégica de diversas transações com foco em China, em setores como energia, infraestrutura e máquinas e equipamentos.**

**É Mestre em Estudos Contemporâneos da China pela Renmin University of China e tem especializações em Relações Internacionais e em Finanças Corporativas pela London School of Economics com a Peking University.**

Partner at Vallya and Former Special Advisor to the Minister of Agriculture, Livestock and Supply of Brazil, Tereza Cristina, for matters related to China. She is a Senior Fellow at the Brazilian Center for International Relations (CEBRI) and a founding partner of the Institute of Government Relations (Irelgov).

Larissa has more than ten years of experience with the Asian market. She lived in Beijing between 2008 and 2013, working with business development and institutional affairs. She was a director at the financial advisory firm Vallya between 2013 and 2019, where she was responsible for the strategic advisory of various transactions focused on China, in sectors such as energy, infrastructure and machinery.

She holds a Master's in Contemporary China Studies from Renmin University of China and executive education degrees in International Relations and Corporate Finance from the London School of Economics with Peking University.

---

---

## JOSÉ MARIO ANTUNES

**Senior Fellow do CEBRI. José Mário é Diretor de Operações na Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (InvestSP) e Representante-Chefe da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Xangai, na China.**

**Ele tem mais de 12 anos de experiência no desenvolvimento do comércio e de relações de investimento entre China e Brasil, e liderou operações não-governamentais estratégicas do Brasil na China. Foi Diretor de Operações da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Diretor de Operações da Agência de promoção de comércio e investimentos APEX-Brasil, e Representante-Chefe da Associação brasileira de proteína animal (ABPA), em Pequim. Formado em Engenharia Civil pelo Instituto Mauá de Tecnologia - EEM, possui especialização em finanças pela FGV, MBA em negócios internacionais pela Indiana University e Mestrado em Administração Pública (MPA) em políticas públicas chinesas pela universidade chinesa Tsinghua. Ele é atualmente doutorando em engenharia civil pela universidade de Jiaotong, na China.**

Senior Fellow at the Brazilian Center of International Relations (CEBRI). Mr. Jose Mario Antunes is Chief Operating Officer at the Sao Paulo State Trade and Investment Promotion Agency (InvestSP) and Chief Representative Officer at the Brazilian National Confederation of Agriculture (CNA), in Shanghai, China.

Mr. Antunes has more than 12 years of expertise in the development of Brazil-China trade and investment relations and has led highly strategic Brazilian non-governmental operations in China. He previously served as Chief Operating Officer at the Brazilian National Confederation of Transport (CNT), Chief Operating Officer at the Brazilian Trade and Investment Promotion Agency (Apex-Brasil) and Chief Representative Officer at the Brazilian Animal Protein Association (ABPA), in Beijing. Mr. Jose Mario Antunes holds a bachelor's degree in civil engineering from Instituto Maua de Tecnologia - EEM, in Sao Paulo, Brazil; a Master of Business Administration (MBA) from Fundação Getulio Vargas - EAESP, in Sao Paulo, Brazil, with one year extension at Indiana University - Kelley School of Business, in the USA; as well as a Master of Public Administration (MPA) from Tsinghua University - School of Public Policy and Management, Beijing, China. Currently, he is a PhD Candidate in Civil Engineering at Jiaotong University.

---

## CONSELHO CURADOR | BOARD OF TRUSTEES

**Presidente do Conselho Curador**

| Chairman

José Pio Borges

**Presidente De Honra**

| Honorary Chairman

Fernando Henrique Cardoso

**Vice-Presidentes**

| Vice-Chairmen

José Alfredo Graça Lima

Jorge Marques de Toledo Camargo

**Fundadores**

| Founders

Carlos Mariani Bittencourt

Celso Lafer

Daniel Klabin

Gelson Fonseca Jr.

João Clemente Baena Soares

Marcus Vinicius Pratini

de Moraes

Maria do Carmo (Kati) Nabuco

de Almeida Braga

Roberto Teixeira da Costa

Eliezer Batista da Silva

*(in memoriam)*

Luciano Martins de Almeida

*(in memoriam)*

Luiz Felipe Palmeira Lampreia

*(in memoriam)*

Luiz Olavo Baptista

*(in memoriam)*

Sebastião do Rego Barros

*(in memoriam)*

Walther Moreira Salles

*(in memoriam)***Vice-Presidentes Eméritos**

| Vice-Chairmen Emeriti

Daniel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Benke

**Conselheiros Eméritos**

| Trustees Emeriti

Izabella Teixeira

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Luiz Fernando Furlan

Marcos Azambuja

Pedro Malan

Rubens Ricupero

Winston Fritsch

**Conselheiros**

| Trustees

Ana Toni

André Lara Resende

André Clark

Armando Mariante

Armínio Fraga

Cláudio Frischtak

Clarissa Lins

Demétrio Magnoli

Edmar Bacha

Francisco Müssnich

Henrique Rzezinski

Ilona Szabó

Joaquim Falcão

José Aldo Rebelo

José Luiz Alquéres

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Marcos Galvão

Paulo Hartung

Pedro Henrique Mariani

Renato Galvão Flôres Júnior

Roberto Abdenur

Roberto Jaguaribe

Ronaldo Veirano

Sergio Amaral

Tomas Zinner

Vitor Hallack

---

## ASSOCIADOS | MEMBERS

|  |  |
|--|--|
| Aegea  |  |
| Air Products                                     |  |
| Alterra  |  |
| Australian Embassy in Brazil                     |  |
| BAMIN  |  |
| Banco Bocom BBM                                  |  |
| BASF   |  |
| BAT Brasil                                       |  |
| Bayer  |  |
| BMA Advogados                                    |  |
| BRF  |  |
| Bristow  |  |
| Brookfield Brasil                                |  |
| CCCC/Concremat                                   |  |
| Chinese Embassy in Brazil                        |  |
| Consulate General of Ireland,<br>São Paulo       |  |
| Consulate General of Mexico in<br>Rio de Janeiro |  |
| CTG Brasil                                       |  |
| Dynamo   |  |
| EDF Norte Fluminense                             |  |
| EDP  |  |
| Elektrobras                                      |  |
| Embassy of Switzerland in Brazil                 |  |
| Embraer  |  |
| ENEVA  |  |
| ENGIE Brasil                                     |  |
| Equinor  |  |
| ExxonMobil                                       |  |
| FCC S.A.   |  |
| Furnas   |  |
| Galp   |  |
| Grupo Lorentzen                                  |  |
| Grupo Ultra                                      |  |
| Haitong  |  |
| Huawei   |  |
|  | IBÁ  |
|  | IBRAM  |
|  | Icatu Seguros                                      |
|  | Instituto Clima e Sociedade                        |
|  | Itaú Unibanco                                      |
|  | Klabin   |
|  | Light  |
|  | Machado Meyer                                      |
|  | Mattos Filho Advogados                             |
|  | Microsoft  |
|  | Museu do Amanhã                                    |
|  | Neoenergia   |
|  | Netherlands consulate-general<br>in Rio de Janeiro |
|  | PATRI  |
|  | Petrobras  |
|  | Pinheiro Neto Advogados                            |
|  | Promon Engenharia                                  |
|  | Prumo Logística                                    |
|  | Repsol Sinopec                                     |
|  | Royal Norwegian Consulate in<br>Rio de Janeiro     |
|  | Sanofi   |
|  | Santander  |
|  | Shell  |
|  | Siemens  |
|  | Siemens Energy                                     |
|  | SPIC Brasil  |
|  | State Grid   |
|  | Suzano   |
|  | Total E&P do Brasil                                |
|  | Unilever   |
|  | Vale   |
|  | Veirano Advogados                                  |
|  | Vinci Partners                                     |

---

## EQUIPE | TEAM

### DIRETORIA | EXECUTIVE BOARD

#### **Diretora-Presidente** | CEO

Julia Dias Leite

#### **Diretora de Relações Externas** | Director of External Affairs

Carla Duarte

#### **Diretora de Projetos** | Director of Projects

Luciana Gama Muniz

#### **Diretor Acadêmico** | Academic Director

Feliciano Sá Guimarães

#### **Diretora Administrativa Financeira** | Administrative Financial Director

Ana Paula Marotte

### PROJETOS | PROJECTS

#### **Diretora Adjunta de Projetos** | Deputy Director of Projects

Marianna Albuquerque

#### **Coordenadores de Projetos** | Project Coordinators

Léa Reichert

Paulo Robilloti

Barbara Brant

Thais Jesinski Batista

#### **Analistas de Projetos** | Project Analysts

Eduardo Neiva Souza

Larissa Vejarano

#### **Estagiário**

| Intern

Daniel Fontes

### RELAÇÕES EXTERNAS | EXTERNAL AFFAIRS

#### **Diretora Adjunta de Relações Externas**

| Deputy Director of External Affairs

Fernanda Araripe

#### **Diretora Adjunta de Captação de Projetos**

| Deputy Director of Fundraising

Maria Eduarda Marques

#### **Coordenadora de Parcerias**

| Partnership Coordinator

Cintia Reschke Borba Hoskinson

#### **Coordenador de Relações Institucionais**

| Institutional Relations Coordinator

Fernando Mattos

---

## EQUIPE | TEAM

**Coordenador de Projetos  
Especiais**

| Special Projects Coordinator

Caio Vidal

**Analista de Projetos Especiais**

| Special Projects Analyst

Lucas Bilheiro

**Assistente de Parcerias**

| Partnership Assistant

Beatriz Pfeifer

**COMUNICAÇÃO E EVENTOS**

| COMMUNICATIONS AND EVENTS

**Gerente de Eventos**

| Events Manager

Nana Villa Verde

**Analista de Eventos**

| Events Analyst

Adriano Andrade

**Analista de TI**

| IT Analyst

Eduardo Pich

**Assistente de Eventos**

| Events Assistant

Isabella Ávila

**Assistente de Comunicação**

| Communications Assistant

Daniele Thomaselli

**ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

| ADMINISTRATIVE AND FINANCIAL

**Gerente Administrativa-Financeira**

| Administrative-Financial Manager

Fernanda Sancier

**Analista Administrativo**

| Administrative Analyst

Bruno Garcia

**Analista Financeiro**

| Financial Analyst

Eliana Mello

---

## FICHA TÉCNICA | CREDITS

**Tradução**

| Translation

Andrei Winograd

**Revisão de texto**

| Editing

Wilma R. d' Oliveira Kroff

**Projeto Gráfico**

| Graphic Design

[Marijaguar Studio]

Mariana Jaguaribe L. Resende

**Assistente Design**

| Design Assistant

Heloisa Sato

---

**Copyright © 2022**

© CEBRI | Centro Brasileiro de Relações Internacionais

<https://www.cebri.org/>

Todos os direitos reservados.

---

**cebri.org.br | cebri@cebri.org.br****LinkedIn** CEBRI | **Facebook** /cebrionline | **Twitter** @cebrionline**Instagram** @cebrionline | **Youtube** /CEBRionline

R. Marquês de São Vicente, 336 | Gávea | Rio de Janeiro | RJ | 22451-044 | +55 (21) 2206-4400

**PENSAR**  
*TO THINK*  
**DIALOGAR**  
*TO DIALOGUE*  
**DISSEMINAR**  
*TO DISSEMINATE*  
**INFLUENCIAR**  
*TO INFLUENCE*

---

#2 THINK TANK BRASIL | BRAZIL  
#2 THINK TANK AMÉRICA LATINA | LATIN AMERICA

---



---

## SOBRE O CEBRI

---

O CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS É O THINK TANK REFERÊNCIA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL, O SEGUNDO DA AMÉRICA DO SUL E CENTRAL. É UMA INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS, APARTIDÁRIA E INDEPENDENTE QUE HÁ 24 ANOS SE DEDICA À PROMOÇÃO DO DEBATE PLURAL E PROPOSITIVO SOBRE A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA. ESTÁ ESTRUTURADO A PARTIR DE 14 NÚCLEOS TEMÁTICOS, VOLTADOS A CONTRIBUIR PARA A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO PAÍS E À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM ESTE OBJETIVO. COM MAIS DE 100 ASSOCIADOS DOS MAIS RELEVANTES SEGMENTOS, A REDE DO CEBRI REÚNE E MOBILIZA ESPECIALISTAS DE ÁREAS DE ATUAÇÃO E LINHAS DE PENSAMENTO DIVERSAS, ALÉM DE ORGANIZAÇÕES EM TODO O MUNDO.

---

## ABOUT CEBRI

---

THE BRAZILIAN CENTER FOR INTERNATIONAL RELATIONS (CEBRI) IS THE REFERENCE THINK TANK FOR FOREIGN AFFAIRS IN BRAZIL AND THE SECOND BEST THINK TANK IN SOUTH AND CENTRAL AMERICA. AN INDEPENDENT, NON-PARTISAN AND NON-PROFIT INSTITUTION, FOR 24 YEARS CEBRI HAS BEEN PROMOTING A PLURAL AND PROPOSAL-ORIENTED DEBATE ABOUT BRAZIL'S FOREIGN POLICY. IT IS STRUCTURED AROUND FOURTEEN THEMATIC PROGRAMS THAT CREATE POSITIVE CONTRIBUTIONS AND RECOMMENDATIONS FOR POLICY MAKING AND THE COUNTRY'S INTERNATIONAL AGENDA. CEBRI'S DIVERSE NETWORK COMPRISES MORE THAN 100 MEMBERS FROM A BROAD RANGE OF SECTORS, AND GATHERS SPECIALISTS FROM VARIOUS FIELDS OF EXPERTISE AND THOUGHT, AS WELL AS PARTNER INSTITUTIONS FROM AROUND THE WORLD.

“

A Ásia, particularmente a China, seguirá no centro do debate sobre relações internacionais nos anos adiante. O relacionamento do Brasil com os asiáticos adquiriu, nos últimos anos, dinamismo no front comercial e de investimentos, com potencial a ser explorado em segmentos variados como energias renováveis, tecnologia, pesquisa científica e meio ambiente. Mais além, o continente asiático é peça fundamental nas principais questões globais e multilaterais. Embora o Brasil mantenha diálogo denso com alguns dos principais países asiáticos, a construção de uma agenda de cooperação com o continente em sintonia com os desafios da inserção internacional brasileira e as mudanças da ordem mundial permanece um desafio, e diferentes fatores dificultam a construção de uma agenda à altura dos laços econômicos e que, de fato, desperte interesse para os dois lados. Frente à emergência do continente e ao desgaste do multilateralismo, a formulação e execução de uma política para a Ásia torna-se indispensável.

”

Asia, China in particular, will remain at the very core of the international relations debate for years to come. Brazil's relations with Asian countries have in recent years gained momentum on the trade and investment front and show great potential in diverse segments such as renewable energies, technology, scientific research and the environment. Beyond that, Asia is a key player in major global and multilateral issues. Although Brazil already maintains a dense dialog with some major Asian countries, it must review its cooperation agenda with Asia focusing on improving Brazil's international integration and on navigating the shifting world order. Different aspects make it difficult to build an agenda that is worthy of our economic ties and that both sides will find attractive. The emergence of Asia and the degradation of multilateralism make it essential for Brazil to design and implement an Asia policy.